

PROFISSIONAIS DE SAÚDE: UM IMPASSE NA COMUNICAÇÃO DURANTE O ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO

Jaíne Martins Teixeira¹, Larissa dos Santos¹, Noelma Silva Santana¹, Sirlene Fernandes de Oliveira Pereira¹, Maria Alves da Silva², Karla Patrícia Moreira da Silva³

¹Graduando (a) do Curso de Enfermagem. Faculdade Guanambi – FG. E-mail: larissa-tata@hotmail.com

²Enfermeira. Especialista em Saúde Pública. Docente Faculdade Guanambi. Orientadora.

³Enfermeira. Especialista em Saúde Pública com Ênfase em PSF, Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência. Co-orientadora.

RESUMO: Por fazer o uso da língua não verbal o surdo encontra dificuldades na comunicação com o profissional de saúde durante o atendimento, dessa forma o entendimento acerca de sua saúde torna-se prejudicado. O objetivo do presente trabalho foi identificar as dificuldades encontradas pelos profissionais da equipe de enfermagem durante o atendimento aos pacientes surdos. Tratou-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa. Participaram da pesquisa 08 enfermeiros e 19 técnicos de enfermagem através de um instrumento individual para coleta de dados composto por quatro categorias de perguntas. Dentre as dificuldades, a comunicação foi a mais citada pela amostra. Quanto a estratégias de comunicação auxílio de familiar, mímica e fala pausada (leitura labial) foram as mais citadas. Porém o estudo da LIBRAS torna-se um instrumento imprescindível para a comunicação com os surdos, entretanto se faz necessário que a equipe de enfermagem se conscientize quanto à importância da capacitação na linguagem não verbal, a fim de prestar uma assistência adequada e com qualidade.

Palavras-chave: Assistência. Capacitação. Deficiência. Enfermagem. LIBRAS.

HEALTH PROFESSIONALS: A DEADLOCK IN COMMUNICATION DURING THE DEAF PATIENT CARE

ABSTRACT: By making use of non-verbal language the deaf have difficulties in communicating with health professionals during the service, so understanding about your health becomes impaired. The objective of this study was to identify the difficulties encountered by the nursing staff during the care of deaf patients. This was an exploratory qualitative study. Participated in the survey 08 nurses and 19 nursing technicians through a single instrument for data collection consists of four categories of questions. Among the difficulties communication was mentioned by the sample. As for communication strategies help of family, mime and paused (lip reading) talks were the most cited. But the study of LBS becomes an essential tool for communicating with deaf people, however it is necessary that the nursing staff are aware of the importance of training in non-verbal language in order to provide adequate and quality care.

Keywords: Assistance. Training. Deficiency. Nursing. LIBRAS.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde (MS) conceitua a deficiência auditiva (DA) como perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de entender a fala através do ouvido (BRASIL, 2008).

A perda auditiva pode ser caracterizada como leve quando a perda encontra-se entre 26 a 40 decibéis (dB), moderada entre 41 a 70 dB, severa entre 71 a 90 dB e profunda a partir de 91 dB (CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA, 2009).

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil possui cerca de 9,7 milhões de pessoas com algum tipo de DA, o que representa 5,1% da população brasileira. Desse total, 344.206 são surdos e cerca de 1,7 milhões possui a DA severa já 7,5 milhões apresenta algum tipo de dificuldade auditiva.

A DA atinge cerca de um milhão de pessoas com faixa etária entre 01 a 19 anos. Já, 31.146 pessoas surdas encontram-se na faixa etária entre 25 a 29 anos, dessas, 26.569 encontram-se concentrados na área urbana (IBGE, 2010).

Com a regulamentação da Lei Federal nº10. 436/2002, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão com os surdos, no qual deixa claro em seu Art. 3º “[...] que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva [...]” (BRASIL, 2002).

Isso infere que a comunicação é um instrumento imprescindível para os profissionais da saúde, pois, ela permite decodificar, interpretar e entender o sentido da mensagem enviada pelos doentes (CHAVEIRO et al., 2008).

Portanto, a comunicação é considerada como um meio de interação entre as pessoas, e através dela é possível compartilhar mensagens e sentimentos. Sabe-se que a mesma ocorre por meio de palavras escritas ou faladas, caracterizando-se por comunicação verbal, já o uso de mímicas, imagens e gestos, caracteriza-se por comunicação não verbal (CARDOSO et al., 2006).

Com o intuito de promover uma assistência adequada os profissionais de enfermagem necessitam “aprimorar seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais [...]; a fim de promover uma [...] assistência de enfermagem sem discriminação de qualquer natureza [...]” (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2007).

Deste modo, se faz necessário que os profissionais de saúde, busquem e sejam capacitados em LIBRAS, a fim de melhorar o atendimento aos pacientes surdos, proporcionar

uma comunicação satisfatória, facilitar a interação entre emissor e receptor e oferecer uma assistência de qualidade.

Baseando-se nessas premissas, o objetivo desse estudo foi identificar as dificuldades encontradas pelos profissionais da equipe de enfermagem durante o atendimento aos pacientes surdos.

MATERIAL E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa, realizada através de um instrumento individual para coleta de dados composto por quatro categorias. Na primeira categoria dados relacionados à identificação pessoal e profissional. Na segunda categoria Conhecimento sobre LIBRAS. Na terceira categoria Capacitação em comunicação com o surdo. A quarta e última categoria Atenção à saúde do surdo. O questionário utilizado foi adaptado baseado no instrumento elaborado por França (2011).

A coleta de dados foi realizada no período de Maio e Junho de 2014 com os profissionais da equipe de enfermagem do município de Igaporã no Sudoeste Baiano, localizado a 802 km de Salvador capital do estado, sua população é de 15.205 habitantes segundo o IBGE (2010). A população da pesquisa totalizou 35 profissionais de enfermagem, destes, 10 são enfermeiros e 25 são técnicos de enfermagem. A amostra foi composta por 27 membros da equipe de enfermagem escolhidos aleatoriamente através de um sorteio simples por meio de número ordinal, obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão. A pesquisa não apresentou perda amostral, pois os demais profissionais não preencheram os critérios de inclusão. Foi utilizada a análise de conteúdo segundo Bardin (1977). O estudo apresentou nível de significância de 95% calculado pelo método de Barbetta (2007), portanto o mesmo apresentou $p=5\%$.

A aplicação do instrumento individual buscou identificar as dificuldades encontradas pelos profissionais da equipe de enfermagem durante o atendimento aos pacientes surdos. No decorrer da pesquisa foi garantido anonimato e privacidade dos participantes, no qual foi adotado o uso de pseudônimos de acordo a atuação dos membros da equipe de enfermagem, os enfermeiros receberam o pseudônimo E, e os técnicos de enfermagem receberam o pseudônimo T, ambos seguidos de um número ordinal.

Determinou-se para critério de inclusão e exclusão da pesquisa, ser o entrevistado membro da equipe de Enfermagem atuante nas unidades pesquisadas, ser profissional da instituição acima de um ano, ter atendido paciente surdo, sendo facultativa sua participação.

Por se tratar de um estudo com seres humanos, aplicou-se o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), elaborado conforme os aspectos éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo obedeceu aos critérios éticos, e foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) e gerado um parecer de aprovação sob o nº 625.099.

Os dados foram categorizados, analisados estatisticamente e posteriormente processados utilizando-se os programas Excel e Word 2010 da Microsoft®.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram divididos e apresentados em IV categorias no qual as respostas obtidas pelos profissionais foram apresentadas da seguinte forma: PS. para profissionais de saúde, acrescido para PS. Enf. para profissionais de saúde enfermeiros e PS. Tec. para profissionais de saúde técnicos de enfermagem.

CATEGORIA I – IDENTIFICAÇÃO

Percebe-se que 75% (n=6) dos PS. Enf. e 89,5% (n=17) dos PS. Tec. foi composto pelo gênero feminino. A faixa etária predominante entre os gêneros foi de 30 a 50 anos, equivalentes a 70,4% (n=19) das respostas dos profissionais.

Ao analisar o perfil demográfico em relação ao gênero dos PS. nota-se a inserção de 14,8% (n=4) de profissionais do gênero masculino no acolhimento a essa população, como pode ser observado na Tabela 1.

Estudo realizado por Almeida (2010) descreve que 92,9% dos profissionais da equipe de enfermagem é constituído pelo gênero feminino, no qual a minoria é composta pelo gênero masculino. Pereira et al. (2010) complementa os relatos da autora supracitada no momento que descreve que a feminização de funções vinculadas ao cuidar, principalmente na área da enfermagem ainda é bastante evidente.

O estudo de Areias & Guimarães (2004) alarga a visão sobre as falas dos autores citados acima ao descrever que o número maior de mulheres no ambiente de cuidado está relacionado à prática do trabalho doméstico, do cuidado familiar. Já Andrade (2007) relata que elementos de ordem social, política e institucional fizeram da enfermagem uma profissão dependente e submissa, distanciando assim o gênero masculino da prática do cuidar.

Diante das falas dos autores supracitados, pode-se perceber que o perfil do profissional da equipe de enfermagem quanto ao gênero em unidades de saúde passa por mudanças, isso pode ser em decorrência da quebra de paradigmas quanto às origens dessa profissão.

Tabela 1 – Atributos da amostra quanto à categoria profissional, gênero e faixa etária.

Atuação profissional	Gênero (%)		Faixa etária (%)		
	M	F	<29	30 a 50 anos	>51
Enfermeiro (PS. Enf.)	25	75	25	75	--
Técnico de enfermagem (PS. Tec.)	10,5	89,5	21,1	68,4	10,5

Fonte: Dados da pesquisa

O tempo de atuação profissional predominante relatado pelos participantes da pesquisa foi entre 01 a 05 anos para 62,5% (n=05) dos PS. Enf. e de 11 a 15 anos para 42,1% (n= 08) dos PS. Tec. Em relação à área de atuação 100% (n=8) dos PS. Enf. atuam como assistencialista, porém 37,5% (n=3) desses relatam atuar também na coordenação da unidade, já 100% (n=19) dos PS. Tec. atuam apenas na assistência, função essa inerente a sua formação profissional, conforme descrito na Lei do exercício profissional n° 7498/86 (LEP).

Fonseca & Neto (2013) descreve que a coordenação de enfermagem é considerada desgastante e vista como estressora devido à sobrecarga de trabalho, esse pode ser um dos pressupostos ao profissional enfermeiro não buscar capacitação em LIBRAS, devido à dupla função desempenhada por ele.

Silva & Ferreira (2010), relata que a falta de experiência teórica e prática dos profissionais de enfermagem se caracteriza pela limitação da atuação, vivência de extremos sentimentos e pelo risco à saúde dos pacientes.

Martins et al. (2006) traça o perfil histórico da profissão de enfermagem, no qual na década de 70 o enfermeiro apresentava atribuições ligadas ao processo de cuidar e gerenciamento da equipe auxiliar, porém, só na década de 80 com a aprovação da LEP 7498/86 o enfermeiro adquire atribuições que são privativas à sua profissão. Diante disso o enfermeiro necessita adotar novos paradigmas a fim de acolher o indivíduo de acordo sua especificidade.

Os achados de Hausmann & Peduzzi (2009) complementam a fala da autora citada acima no momento em que afirma que o cuidado é a marca do trabalho de enfermagem e que a dimensão assistencial e gerencial do enfermeiro compromete a qualidade da assistência, o que pode gerar conflitos no trabalho, seja do profissional com a sua prática, sua relação com a equipe de enfermagem e equipe de saúde.

Observa-se que o tempo de atuação profissional dos PS. Enf. é inferior ao dos PS. Tec., o mesmo pode estar associado às políticas de gestão administrativa, porém é importante ressaltar que o tempo de experiência pode implicar no processo da assistência prestada. Nesse estudo a equipe dos PS. Tec. possui tempo de atuação profissional razoável e significativo, pois o mesmo apresenta tempo de experiência acima de 9 anos, conforme Barlem et al. (2012).

CATEGORIA II – CONHECIMENTO SOBRE LIBRAS

Ao serem questionados se já ouviram falar em LIBRAS 62,5% (n=5) dos PS. Enf. e 57,9% (n=11) dos PS. Tec. responderam que sim. Em relação ao questionamento se a Língua Brasileira de Sinais é regulamentada como língua oficial dos surdos 62,5% (n=5) dos PS. Enf. e 52,6% (n=10) dos PS. Tec. afirmaram que sim. Para os questionamentos apresentados acima, percebeu diferença em relação aos PS. Tec. no qual os mesmos afirmam conhecer a língua de sinais, porém não a identificam como língua oficial dos surdos.

Com relação à comunicação não verbal, 100% (n= 8) dos PS. Enf. e 94,7% (n= 18) dos PS. Tec. não sabem se comunicar por meio de LIBRAS, conforme pode ser visto na Tabela 2.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a LIBRAS como língua oficial, e afirma em seu Art. 1º que a mesma é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados. Porém, Barbosa (2011) afirma que a Lei supracitada assegura aos surdos que a LIBRAS seja sua língua materna e que a língua portuguesa seja sua segunda língua, na modalidade escrita e/ou oral, por ser a língua oficial do Brasil.

Chaveiro et al. (2008) alega que, saber comunicar é uma importante ferramenta para os profissionais de saúde, porém a comunicação com pacientes surdos continua negligenciada nos sistemas de saúde e que a linguagem não verbal precisa ser conhecida e valorizada nas ações em saúde conforme o relato da deficiente auditiva L. G à Revista Radis (2013, p.11) que afirmou não ter ouvido chamar seu nome, em decorrência disso esperou por 8 horas para ser atendida, diante desse relato vale questionar quem cabe no “todos” do Sistema Único de Saúde (SUS)? Nesse caso o “todos” do SUS se torna restrito aos indivíduos que fazem uso da linguagem verbal, pois a comunicação verbal é mais utilizada, e traz como consequência dificuldade ao acesso aos serviços de saúde e exclusão do surdo à sociedade.

Estudo realizado por Britto & Samperiz (2010) colabora com esse ao relatar sobre a falta de conhecimento dos profissionais da equipe de enfermagem quanto à comunicação por meio de LIBRAS, apenas 2 % dos entrevistados relata saber se comunicar por meio da língua oficial dos surdos.

O decreto nº 5.626/2005 efetiva apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de LIBRAS e sua tradução e interpretação à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o que não é percebido nos estudos supracitados.

Diante das falas anteriores, percebe-se que com a comunicação dificultada, a qualidade da assistência fica prejudicada, portanto torna-se necessário que o profissional busque habilidades com a linguagem não verbal a partir da capacitação em LIBRAS, a fim de minimizar as barreiras existentes no processo de interação entre os envolvidos.

Tabela 2 – Conhecimento sobre LIBRAS

Atuação profissional	Questão 1		Questão 2		Questão 3	
	SIM %	NÃO %	SIM %	NÃO %	SIM %	NÃO %
PS. Enf.	62,5	37,5	62,5	37,5	--	100
PS. Tec.	57,9	42,1	52,6	47,4	5,3	94,7

Fonte: Dados da pesquisa

Questão 1: Você conhece/já ouviu falar em LIBRAS?

Questão 2: Sabia que a LIBRAS é regulamentada como língua oficial dos surdos e segunda língua do Brasil?

Questão 3: Você sabe se comunicar por meio de LIBRAS?

CATEGORIA III – CAPACITAÇÃO EM COMUNICAÇÃO COM O SURDO

Ao serem questionados em relação à capacitação em LIBRAS 100% (n=27) dos PS. da amostra afirmaram que não receberam nenhum curso de capacitação.

Os achados de França (2011) colaboram com esse estudo no momento em que indica que 98,7% dos profissionais de saúde afirmaram não ter participado de curso de capacitação em linguagem não verbal. Em contrapartida essa ausência de capacitação pode ser explicada pela carga horária extensiva, múltiplos empregos, falta de incentivo por parte dos gestores e desinformação.

Dantas et al. (2012) reforça a necessidade da inserção de LIBRAS na formação dos profissionais de saúde, a fim de proporcionar uma assistência efetiva aos pacientes surdos. Porém Ferreira et al. (2012) descreve que na ocasião em que o curso de LIBRAS era oferecido durante a graduação, os acadêmicos não sentiam motivados em participar. Portanto aprender LIBRAS é essencial para construção da identidade do indivíduo surdo nos aspectos linguístico, cognitivo e social.

Deste modo, é importante que o profissional da equipe de enfermagem saiba comunicar por meio da linguagem não verbal, mas para isso é necessário que busque capacitação a fim de proporcionar uma assistência efetiva e humanizada.

CATEGORIA IV – ATENÇÃO À SAÚDE DO SURDO

Ao serem questionados se o atendimento foi plenamente realizado 62,5% (n=05) dos PS. Enf. e 57,9% (n=11) dos PS. Tec. afirmam ter realizado o atendimento pleno. Porém, ao serem indagados sobre a compreensão do usuário as condutas prescritas 75% (n=6) dos PS. dos Enf. responderam que não e 63,2% (n=12) dos PS. Tec. responderam que sim.

Em relação ao questionamento se as dúvidas do usuário foram respondidas 75% (n=6) dos PS. Enf. responderam que não e 52,6% (n=10) dos PS. Tec. afirmaram que sim. 100% (n=8) dos PS. Enf. e 73,7% (n=14) dos PS. Tec. afirmaram que houve dificuldade para realizar o atendimento, conforme visto na Figura 1.

O estudo de Oliveira et al. (2009) colabora com esse ao afirmar que a equipe de enfermagem já atendeu pacientes surdos, porém a predominância desses atendimentos foi entre técnicos e auxiliares de enfermagem, isso justifica devido ao maior contato desses profissionais com os pacientes.

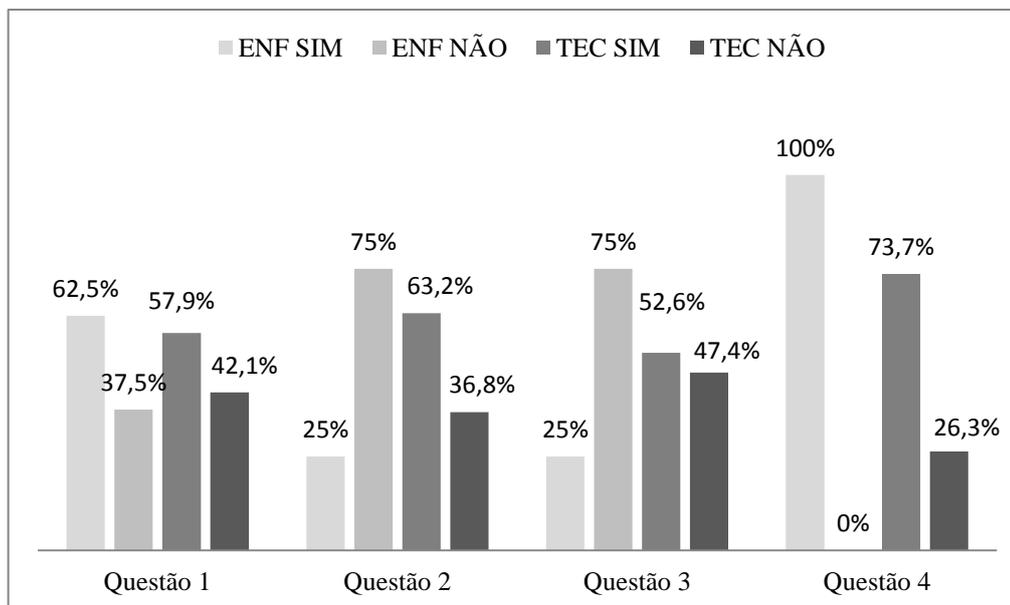
Como descrito acima, 16 PS. desse estudo afirmam que o atendimento com o paciente surdo foi plenamente realizado, esse resultado é surpreendente uma vez que a maioria dos participantes da pesquisa afirma não saber se comunicar através da linguagem não verbal. A fim de sustentar a fala anterior Rosa et al. (2000) descreve que o profissional de enfermagem não sabe como agir diante um paciente que não faz uso da comunicação verbal, e considera difícil esse atendimento. Gomes et al. (2009) e Vianna et al. (2014) reforçam a fala da autora acima ao relatar que o profissional de enfermagem deve adquirir domínio na comunicação não verbal, e desenvolver assim uma postura que permita cuidado integral aos pacientes surdos.

Conforme o Código de ética de enfermagem, em seu Art. 14º é responsabilidade e dever dos profissionais de enfermagem aprimorar os conhecimentos técnicos, científicos, éticos e culturais, em benefício da pessoa, família e coletividade e do desenvolvimento da profissão (COFEN, 2007).

Dos envolvidos da pesquisa, 81,5% (n=22) dos PS. afirmam que houve dificuldades em realizar o atendimento, Oliveira et al. (2009) comprova que a maior dificuldade para realizar o atendimento foi a comunicação, porém França (2011) concorda com a autora

supracitada no momento em que relata que o não entendimento por parte dos profissionais de saúde no que o surdo quer transmitir impossibilita o conhecimento da necessidade do paciente, desta forma o cuidado e as orientações acerca de sua saúde estará comprometido.

Figura 1 – Atenção à saúde do surdo



Fonte: Dados da pesquisa

Questão 1: O atendimento foi plenamente (totalmente) realizado?

Questão 2: Você acha que o usuário compreendeu as condutas prescritas?

Questão 3: Você acha que as dúvidas do usuário foram respondidas?

Questão 4: Houve/há dificuldades para realizar o atendimento?

No momento em que foram questionados se houve dificuldade para realizar o atendimento, 100% (n=8) dos PS. Enf. afirmaram que sim, porém 25% (n=2) dos mesmos não citaram quais as dificuldades encontradas durante o atendimento ao paciente surdo.

Dentre as dificuldades citadas pelos PS. Enf. a predominância apresentada foi em relação à comunicação, no qual foi afirmada por 62,5% (n=5) desses profissionais, 25% (n=2) desses responderam que além da comunicação a ausência de capacitação também dificulta o atendimento. Nesse questionamento houve PS. Enf. que descreveu mais de uma dificuldade, conforme falas a seguir:

“A falta de prática na comunicação com paciente e ausência de profissionais capacitados para atuação no serviço” (E1); “Principal dificuldade é a comunicação” (E3); “Coletar e transmitir informações para o paciente” (E4); “A principal dificuldade é a comunicação com esses pacientes devido à falta de comunicação para acolher na unidade o paciente surdo” (E6); “No início da consulta fiquei um pouco tensa por não ter habilidade

para tal comunicação (paciente/profissional), por fim a mãe do paciente intermediou a consulta” (E8).

Apenas 12,5% (n=1) dos PS. Enf. descreveu que a implementação da assistência frente ao paciente é uma dificuldade para realizar o atendimento ao surdo, como pode ser observado na fala abaixo:

“Na tentativa de implementação da assistência efetiva frente ao problema apresentado” (E5).

No momento em que os PS. Tec. foram questionados em relação às dificuldades encontradas para a realização do atendimento a comunicação foi citada por 63,2% (n=12), enquanto que 5,3% (n=1) responderam que além da comunicação a falta de capacitação também dificulta o atendimento. Porém ao serem questionados se houve dificuldade para realizar o atendimento, 73,7% (n=14) afirmaram que sim, já 10,5% (n=2) optaram por não responder essa questão, conforme falas a seguir:

“Dificuldade para transmitir informação e dificuldade para entender o paciente” (T3); “As dificuldades são: orientar os procedimentos a realizar; depois da consulta realizada explicar através de mímicas, horários e forma de tomar medicamentos” (T6); “O processo de comunicação entre o usuário e o profissional se torna mais complexo” (T7); “Basicamente a comunicação - o vínculo paciente X profissional fica bastante comprometido principalmente quando trabalhamos com o paciente sintomático” (T8); “Ele teve dificuldade de entender o que eu falava” (T9); “A dificuldade que o paciente por não ouvir e nem interpretar o que tentamos passar para ele então fica difícil à comunicação entre o profissional e o paciente” (T10); “Dificuldade de comunicar, de falar ou do mesmo responder” (T11); “A comunicação e a interação entre o paciente e a enfermagem” (T12); “Não entendo tudo que o surdo falou, foram muitas as dificuldades” (T13); “A maior dificuldade é a comunicação, já que não somos preparados para lidar com esses pacientes” (T14); “Comunicar e fazer entender o que estou falando” (T15); “A comunicação entre o profissional e paciente e falta de interação” (T16).

Páscoa et al. (2009) considera relevante que se a comunicação não for satisfatória por parte do paciente surdo o mesmo poderá se distanciar dos serviços de saúde. Entretanto a fim de ampliar a discussão sobre a comunicação, Araújo (2013) revela que a comunicação efetiva é importante para o profissional de enfermagem, pois a mesma ajuda o paciente a entender

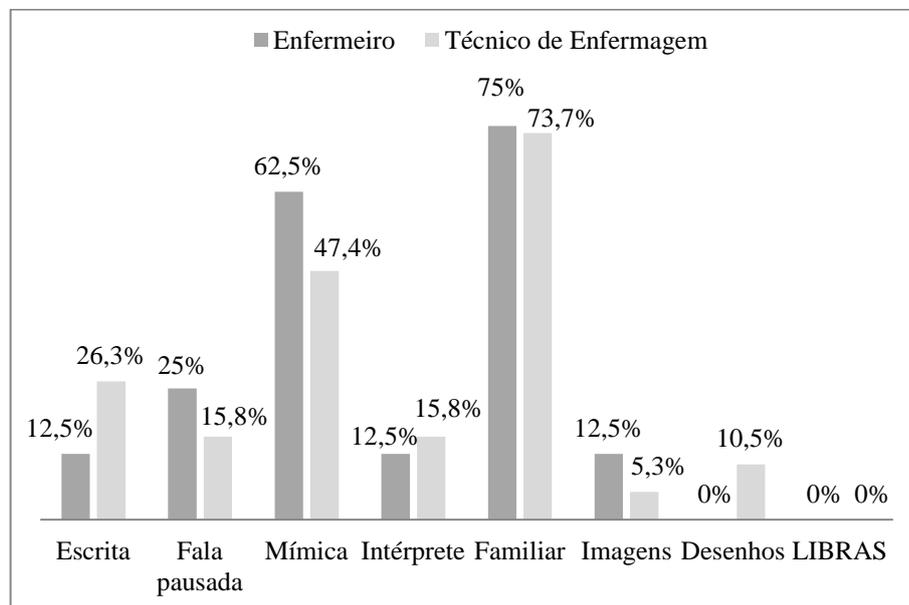
suas necessidades em saúde, dessa forma torna-se imprescindível o uso correto da comunicação não verbal.

Contudo, percebe-se que a falha na formação, ausência de capacitação dos profissionais e o não uso da linguagem não verbal geram grandes problemas e dificuldades na comunicação entre profissional e surdo, isso faz com que o atendimento e tratamento fiquem prejudicados e gerem barreiras.

Dentre as sugestões para minimizar as dificuldades na comunicação 100% (n=8) dos PS. Enf. e 73,7% (n=14) dos PS. Tec. descreveram a capacitação como meio mais viável para minimizar essas dificuldades.

Dantas et al. (2014) afirma que é necessário conscientização por parte dos profissionais para que ocorra mudança de paradigma, e sugere que os mesmos busquem capacitação para atender os surdos de forma adequada. Silva et al. (2014) amplia a visão da autora supracitada ao relatar a importância dos profissionais de saúde se capacitarem por meio de educação continuada em língua de sinais, a fim de melhorar a qualidade na assistência de enfermagem.

Figura 2 - Qual a estratégia(s) você utilizou/utiliza?



Fonte: Dados da pesquisa

Ao avaliar o questionamento sobre utilização de estratégia na comunicação, 85,2% (n=23) dos PS. responderam que utilizaram algum tipo de estratégia para se comunicar com o paciente surdo.

As estratégias utilizadas com maior frequência pela amostra em estudo foram: auxílio de algum familiar do usuário por 74,1% (n=20), mímica por 51,9% (n=14), fala pausada (leitura labial) por 18,5% (n=5). Entretanto LIBRAS não foi citada por nenhum dos entrevistados, conforme a Figura 2.

Matos (2011) relata que existem estratégias não verbais que podem ser utilizadas no atendimento a pacientes surdos, porém França (2011) amplia a visão da autora supracitada ao afirmar que as estratégias para comunicação entre profissional de saúde e paciente surdo requerem muita dedicação, criatividade, paciência, respeito e compromisso profissional.

Aragão et al. (2014) e Nascimento et al. (2014) colaboram com esses estudo ao descreverem que as estratégias mais citadas foram mímica, leitura labial e auxílio de acompanhante. Entretanto Rosa et al. (2000) ressalta que o uso de mímicas, desenhos e figuras são mais viáveis em mensagens curtas, porém Oliveira et al. (2009) descreve que o uso dessas estratégias nem sempre são claras e facilmente entendidas pelos profissionais que atendem esses pacientes.

Com relação ao questionamento quanto ao preparo para atender paciente surdo, 100% (n=8) dos PS. Enf. e 89,5% (n=17) dos PS. Tec. afirmam não sentirem aptos para atender esses indivíduos. Isso mostra a carência de conhecimento e domínio em LIBRAS dos profissionais da equipe de enfermagem do município em estudo.

Pagliuca et al. (2007) afirma que existe despreparo dos profissionais enfermeiros em relação à comunicação com pacientes surdos. Porém Oliveira et al. (2009) amplia a visão do autor supracitado ao relatar que por não conseguirem realizar uma comunicação efetiva, esses profissionais não se sentem preparados para atender um paciente surdo, pois a falta da comunicação na linguagem não verbal causa desconforto tanto para o profissional quanto para o paciente.

CONCLUSÕES

A comunicação é uma das ferramentas fundamentais na assistência ao paciente surdo, e um dos maiores obstáculos entre a equipe de enfermagem e essa população. O estudo de LIBRAS deve ser visto como a melhor opção para comunicar com a população surda, no entanto a mesma não é inserida nas matrizes curriculares como optativa, uma vez que a língua de sinais já é regulamentada e os profissionais que se graduaram a partir dessa regulamentação deveriam ter conhecimento sobre o processo de comunicação com a utilização de gestos, porém a realidade é outra como observou nesse estudo.

Portanto o emprego de LIBRAS torna-se instrumento imprescindível para a comunicação com os surdos, entretanto se faz necessário que a equipe de enfermagem se conscientize quanto à importância da capacitação na linguagem não verbal, a fim de prestar uma assistência adequada e com qualidade.

Recomenda-se que os serviços de saúde tornem acessíveis intérpretes para o acolhimento desses indivíduos e com isso conscientizar os profissionais sobre a importância do uso de LIBRAS, porém é imprescindível que a regulamentação quanto à inserção de LIBRAS enquanto optativa nos cursos de graduação em saúde seja cumprida. Ressalta-se também a importância do incentivo dos gestores quanto à capacitação dos profissionais atuantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. S. **Qualidade de vida dos profissionais de enfermagem na unidade de terapia intensiva de um hospital de grande porte do município de Dourados-MS.** Dourados, Mato Grosso do Sul, 2010. 68 f. Trabalho de conclusão de curso. (Curso de Enfermagem) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. (Dados não publicados). Disponível em: < http://www.uems.br/portal/biblioteca/repositorio/2011-08-23_15-18-24.pdf >. Acesso em: 09 jul. 2014.
- ANDRADE, A. C. A enfermagem não é mais uma profissão submissa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.60, n.1, p.96-98, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n1/a18v60n1.pdf> >. Acesso em: 24 jul. 2014.
- ARAGÃO, J. S.; MAGALHÃES, I. M. O.; COURA, A. S.; SILVA, A. F. R.; CRUZ, G. K. P.; FRANÇA, I. S. X. Acesso e comunicação de adultos e surdos: uma voz silenciada nos serviços de saúde. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v.6, n.1, p.1-7, 2014. Disponível em: < <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/download/2989/2937> >. Acesso em: 10 ago. 2014.
- ARAÚJO, C. C. J. **Consulta de enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual.** Campina Grande – Paraíba, 2013, 21 f. Trabalho de conclusão de curso. (Curso de Enfermagem) – Universidade Estadual da Paraíba. (Dados não publicados). Disponível em: < <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2236/1/PDF%20-%20Camila%20Crisse%20Justino%20de%20Ara%20C3%BA%20jo.pdf> >. Acesso em: 13 jul. 2014.
- AREIAS, M. E. Q.; GUIMARÃES, L. A. M. Gênero e estresse em trabalhadores de uma universidade pública do estado de São Paulo. **Psicologia em Estudo**, v.9, n.2, p.255-262, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n2/v9n2a11.pdf> >. Acesso em: 24 jul. 2014.
- BARBOSA, L.R.S. A língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. **Revista Universidade Federal de Goiás**, v.22, n.1, p.173-188, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/sv/article/viewFile/21216/12444> >. Acesso em: 09 jul. 2014.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 7 ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 318 p.
- BARDAN, L. **Análise de conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.
- BARLEM, E. L. D.; LUNARDI, V. L.; LUNARDI, G. L.; DALMOLIN, G. L.; TOMASCHEWSK, J. G. Vivência do sofrimento moral da enfermagem: percepção da enfermeira. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v.46, n.3, p.681-688, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n3/21.pdf> >. Acesso em: 10 ago. 2014.
- BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da**

Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dezembro 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm >. Acesso em: 09 jul. 2014.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 abril 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm >. Acesso em: 21 set. 2013.

BRASIL. Lei n. 7498, de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício, e dá outras providências.** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 junho 1986. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17498.htm >. Acesso em 08 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da pessoa portadora de deficiência.** Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1275334889politicaxnacionalxsaudexpessoaxdeficiencia.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRITTO, F. R.; SAMPERIZ, M. M. F. Dificuldades de comunicação e estratégias utilizadas pelos enfermeiros e sua equipe na assistência ao deficiente auditivo. **Revista Einstein**, v.8, n.1, p.80-85, 2010. Disponível em: < http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/1339-Einsteinv8n1_p80-85_port.pdf >. Acesso em: 09 jul. 2014.

CARDOSO, A. H. A.; RODRIGUES, K. G.; BACHION, M. M. Percepção da pessoa com surdez severa e/ ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.14, n.4, p.553-560, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n4/pt_v14n4a13.pdf >. Acesso em: 20 set. 2013.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C.C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.42, n.3, p.578-583, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a22.pdf> >. Acesso em: 09 jul. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.** Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2007. Disponível em: < <http://se.corens.portalcofen.gov.br/codigo-de-etica-resolucao-cofen-3112007> > Acesso em: 06 maio. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. **Laudo audiológico – guia de orientação do fonoaudiólogo.** Brasília, abril de 2009. Disponível em: < <http://www.fonoaudiologia.org.br/publicacoes/eplaudioaudio.pdf> >. Acesso em: 28 abr. 2014.

DANTAS, T. R. A.; GOMES, T. M.; COSTA, T. F.; AZEVEDO, T. R.; BRITOS, S. S.; COSTA, K. N. F. M. Comunicação entre a equipe de enfermagem e pessoas com deficiência auditiva. **Revista de Enfermagem UERJ**, v.22, n.2, p.169-174, 2014. Disponível em: < <http://www.facenf.uerj.br/v22n2/v22n2a04.pdf> >. Acesso em 10 ago. 2014.

DANTAS, T. R. A.; GOMES, T. M.; AZEVEDO, T. R.; COSTA, T. F.; COSTA, K. N. F. M. **Percepção dos profissionais de enfermagem acerca da comunicação com deficientes**

sensoriais. João Pessoa, Paraíba, 2012. 11 f. Trabalho de conclusão de curso. (Curso de Enfermagem) – Universidade Federal da Paraíba. (Dados não publicados). Disponível em: < <http://189.59.9.179/cbcentf/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/I41950.E10.T8034.D6AP.pdf> >. Acesso em: 11 jul. 2014.

DOMINGUEZ, B. Todos devem caber na sociedade inclusiva. **Revista Radis**, Rio de Janeiro, RJ, n.130, p.11-18, jul. 2013.

FERREIRA, M. C.; LARA, M. B.; SILVA, R. A.; DUTRA, D. A. As práticas em saúde sobre a estruturação de LIBRAS nos cursos de Enfermagem. In: 6º Jornada de Sociologia da Saúde, 2012. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em:< http://www.humanas.ufpr.br/portal/sociologiasaude/files/2012/10/07_OK_As-pr%C3%A1ticas-em-sa%C3%BAde-sobre-a-estrutura%C3%A7%C3%A3o-de-libras.pdf >. Acesso em: 25 jul. 2014.

FONSECA, J. R. F.; NETO, D. L. Níveis de estresse ocupacional e atividades estressoras em enfermeiros de emergência. In: 17º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, 2013, **Anais...** Natal: ABEn, 2013. Disponível em:< http://www.abeneventos.com.br/anais_senpe/17senpe/pdf/0773co.pdf >. Acesso em: 26 ago. 2014.

FRANÇA, E. G. **Atenção à saúde do surdo na perspectiva do profissional de saúde.** 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2011.

GOMES, V; CORREA, M. S; MANFRIN, R. M; SILVA, J. R. S. Vivência do enfermeiro ao cuidar surdos e/ou portadores de deficiência auditiva. **Revista Enfermería Global**, n.17, 10 f, 2009. Disponível em: < http://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1695-61412009000300007&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acesso em: 11 jul. 2014.

HAUSMANN, M.; PEDUZZI, M. Articulação entre as dimensões gerencial e assistencial do processo de trabalho do enfermeiro. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v.18, n.2, p.258-265, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v18n2/08> >. Acesso em: 24 jul. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf >. Acesso em: 28 abr. 2014.

MARTINS, C.; KOBAYASHI, R. M.; AYOUB, A. C.; LEITE, M. M. Perfil do enfermeiro e necessidades de desenvolvimento de competência profissional. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v.15, n.3, p.472-478, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n3/v15n3a12.pdf> >. Acesso em: 24 jul. 2014.

MATOS, E. P. C. **Programas de assistência à comunicação entre pacientes com deficiência auditiva e os profissionais de saúde da regional de saúde do Gama do Distrito Federal.** Brasília, Distrito Federal, 2011. 43 f. Trabalho de conclusão de curso. (Curso de Enfermagem) – Universidade Católica de Brasília. (Dados não publicados). Disponível em: < <http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/1765/1/Eliane%20Pessoa%20de%20Carvalho.pdf> >. Acesso em: 13 jul. 2014.

NASCIMENTO, G. B.; FORTES, L. O.; KESSLER, T. M. Profissionais de saúde no atendimento a surdos: estratégias de comunicação como fator de acessibilidade. In: 29º Encontro Internacional de Audiologia, 2014. **Anais...** Florianópolis: ABA, 2014. Disponível em:

< http://www.audiologiabrasil.org.br/eiafloripa2014/anais2014/trabalhos_select.php?id_artigo=367&tt=SESS%C3O%20DE%20P%D4STERES >. Acesso em: 10 ago. 2014.

OLIVEIRA, H. R.; LOPES, K. S.; PINTO, N. M. M. Percepção da equipe de enfermagem acerca da assistência prestada ao deficiente auditivo. **Revista enfermagem integrada** – v.2, n.1, p.165-175, 2009. Disponível em:

< http://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v2/Herina_oliveira_Keylla_lopes_e_Neila_pinto.pdf >. Acesso em: 12 jul. 2014.

PAGLIUCA, L. M. F.; FIÚZA, N. L. G.; REBOUÇAS, C. B. A. Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.41, n.3, p.411-418. 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n3/10.pdf> >. Acesso em: 14 jul. 2014.

PÁSCOA, F. R. B.; QUEIROZ, A. P. O.; ROCHA, E. S. N.; LIMA, F. E. T. Importância da linguagem de sinais para assistência à saúde dos pacientes surdos: estudo bibliográfico. In: 61º Congresso Brasileiro de Enfermagem, 2009. **Anais...** Fortaleza: CBEEn, 2009. Disponível em: < http://www.abeneventos.com.br/anais_61cben/files/01381.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2014.

PEREIRA, K.M.; PINHEIRO, R. P.; NEVER, J.B. Ações de enfermagem na atenção básica na vacinação contra rotavírus. **Revista Enfermagem Integrada**, v.3, n.2, p.590-605, 2010. Disponível em: < http://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/V3_2/11-aco-es-enfermagem-atencao-basica-na-vacinacao-contr-rotavirus.pdf >. Acesso em: 08 jul. 2014.

ROSA, G. A; BARBOSA, M. A; BACHION, M. M. Comunicação da equipe de enfermagem com deficiente auditivo com surdez severa: um estudo exploratório. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.2, n.2, p.40-45, 2000. Disponível em: < http://www.fen.ufg.br/fen_revista/revista2_2/melita.html >. Acesso em: 11 jul. 2014.

SILVA, P. S.; BASSO, N. A. S.; FERNANDES, S. R. C. M. A enfermagem e a utilização da língua brasileira de sinais no atendimento ao deficiente auditivo. **Revista Uningá Review**, v.17, n.1, p.5-12, 2014. Disponível em: < http://www.mastereditora.com.br/periodico/20131231_171804.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2014.

SILVA, R. C.; FERREIRA, M. A. Características dos enfermeiros de uma unidade tecnológica: implicações para o cuidado de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.64, n.1, p.98-195, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n1/v64n1a15.pdf> >. Acesso em: 24 jul. 2014.

VIANA, P. T.; SOUZA, L. H. R.; GUIMARÃES, C.; LIMA, J. M. G.; SILVA, K. P. M.; LIMA, C. M. C. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Faculdade Guanambi, 2013.

VIANNA, N, G.; CAVALCANTI, M. L. T.; ACIOLI, M. D. Princípios de universalidade, integralidade e equidade em um serviço de atenção à saúde auditiva. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.19, n.7, p.2179-2188, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014000702179&script=sci_arttext >. Acesso em 10 ago. 2014.